Eixo Capital



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Sinpol-DF/Divulgação



Polícia Civil quer posicionamento sobre recomposição salarial até 11 de março

A suspensão da paralisação do serviço voluntário gratificado (SVG) nas delegacias, anunciada ontem pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), tem data-limite: 11 de março. A expectativa é de que o GDF resolva a questão da recomposição salarial e a regulamentação da assistência à saúde da categoria até lá. Caso contrário, os servidores da Polícia Civil pretendem reagir novamente.

Voto de confiança

Os movimentos do Palácio do Buriti em prol dos policiais civis agradaram a categoria, que decidiu dar um voto de confiança ao Executivo local. A interrupção do SVG — e o consequente comprometimento dos serviços prestados — funcionou como forma de chamar atenção do governo às reivindicações dos servidores.

Conquistas

Recentemente, os policiais civis da ativa comemoraram duas vitórias relevantes: a criação do auxílio-uniforme e a suplementação do auxílio-alimentação. Na segunda-feira, Ibaneis Rocha (MDB) assinou a lei que trata dos temas. Dois dias depois, o governador se reuniu com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, para tratar do reajuste das forças de segurança do DF.

Promessas

Nesta semana, Anderson Torres e representantes do Sinpol-DF se encontraram duas vezes. Na primeira ocasião, o ministro teria se prontificado a dar encaminhamento ao pedido. Na segunda, informou que faria a interlocução com o presidente Jair Bolsonaro (PL). A previsão é de que a demanda chegue ao Palácio do Planalto na semana seguinte ao carnaval.

"Indignação e adoecimento"

Integrantes de 14 entidades que representam servidores das forças de segurança do DF debateram o tema, ontem. Eles querem a recomposição dos salários pela variação inflacionária e enfatizaram que a "indignação e (o) adoecimento dos nossos profissionais, em face da falta de recomposição salarial, já (se) refletem na qualidade da prestação de serviços à sociedade".

Sinpol-DF/Divulgação



Divulgação/Agência Alagoas



Um terço dos trabalhadores sem carteira assinada

Com 1,52 milhão de pessoas ocupadas entre outubro e dezembro, o DF teve aumento de 33,7% na quantidade de trabalhadores sem carteira assinada, na comparação com o trimestre anterior. No período considerado, 169 mil brasilienses atuavam na informalidade, segundo dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa corresponde a pouco mais de um terço do total de empregados no Distrito Federal.

STF cobra informações do GDF sobre vacinação infanto-juvenil

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 10 dias para o Governo do Distrito Federal (GDF) se manifestar sobre a não exigência do passaporte de vacinação nas escolas públicas. O Partido Verde (PV) entrou com arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na Corte, depois de uma recomendação emitida pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) à Secretaria de Educação não prever a cobrança do documento para a volta às salas de aula.



Getty Images

"Experimental"?

Desde o início do ano letivo, não há exigência do cartão de vacinação dos estudantes no DF. E a ADPF destaca que o Executivo local teria acolhido a recomendação do Ministério Público — a qual, entre os pontos mais polêmicos, menciona que os imunizantes atualmente em uso teriam caráter "experimental".

Previsão legal

A arguição acrescenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a obrigatoriedade da vacinação de meninas e meninos nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Para o advogado da sigla, Lauro Rodrigues, "o quadro que se passa hoje em relação à vacinação infantil está prenhe de um terraplanismo que, para os parâmetros jurídicos, é inaceitável".

327 MIL
Empregados do setor público no quarto trimestre

318 MIL
Brasilienses atuavam por conta própria

111 MIL
Exerciam função de trabalhador doméstico

SIGA O DINHEIRO

R$ 504.897.965,00

Crédito suplementar que a Secretaria de Economia do DF quer abrir para atender despesas com "manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte público coletivo"

Observação

Ao contrário do mencionado neste espaço ontem, a federação da qual o PV deve fazer parte não inclui a Rede Sustentabilidade. As tratativas do Partido Verde envolvem PCdoB, PSB e PT.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | **FABIO SOUSA,** PRESIDENTE DA CEASA

CB.Agro debate o papel da central de abastecimento durante a pandemia e as ações solidárias de segurança alimentar

DF ganhará um Mercado Central

» CARLOS SILVA*

Ao CB.Agro *— parceria do* ***Correio*** *com a TV Brasília —, o presidente da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa/DF), Fabio Sousa confirmou a criação de um mercado central em Brasília, além de 10 novas unidades para comerciantes na central. Entre outros temas, foi debatido o papel da Ceasa durante a pandemia e a segurança alimentar dos brasilienses. Na bancada, a entrevista foi conduzida pela jornalista Samanta Sallum.*

Como é a movimentação de público na central?

A gente tem uma diversidade enorme de público, tem espaço para todos. Tanto para comercialização, quanto para consumo. Nós temos três grandes dias na Ceasa, que são os de grande movimento, atraindo cerca de 15 mil pessoas na segunda, na quinta e no sábado. Sendo que na segunda-feira é o atacado. O comerciante que vai comprar para revender no sacolão, verdurão, hipermercado ou restaurante. É uma venda em grandes volumes na segunda e na quinta-feira. Geralmente, quem compra na segunda é para manter o seu restaurante até quinta. Temos também o sábado, que é o público do varejo. O varejo são pessoas que vão lá diariamente comprar um quilo, meio quilo, uma dúzia de produtos diversos. Nós queremos ampliar esse consumo com o lançamento do Mercado Central. É uma grande novidade que a gente fala aqui em primeira mão: o lançamento do Mercado Central. A licitação vai acontecer neste ano. Brasília é a capital de um país, a gente não tem um, como os grandes centros, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis. Foi um trabalho de muita pesquisa, uma comissão que montou esse projeto do Mercado Central de Brasília que vai funcionar da Ceasa, se assemelhando não só aos mercados centrais municipais do país, mas de Barcelona e Lisboa, trazendo algo muito moderno, totalmente sustentável. Não será só um ambiente de comercialização de produtos diferenciados, como os outros mercados, mas também um polo gastronômico que Brasília merece.

A licitação já foi divulgada?

Estamos no processo de análise do Tribunal de Contas, finalizamos todos os trâmites processuais, o edital está pronto. Lembrando que não vai ter investimento nenhum do GDF e nem da própria Ceasa, será uma concessão. Então a Ceasa só vai ganhar, porque a empresa que for construir, vai administrar essa concessão e repassará o recurso para a Central. Deixo sempre muito claro, a Ceasa é uma empresa e não recebe recursos do Distrito Federal, tudo que é produzido, tudo que é gasto dentro da Central ou investido é recurso próprio. A gente tem autonomia administrativa e financeira. Assim, a Ceasa é uma empresa, apesar de o GDF ser o sócio majoritário. Não existe recurso público dentro da Ceasa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

E a infraestrutura está sendo melhorada?

Estamos fazendo um grande trabalho nesses 49 anos de criação para que a Ceasa chegue ao seu cinquentenário com a qualidade que ela merece. Estamos trocando toda a iluminação externa do local, com a iluminação moderna de Led. A Ceasa vai ficar muito mais bonita, muito mais iluminada e isso vai trazer mais segurança. Porque a Central começa a funcionar de madrugada. Às 3h, a gente está lá abrindo, 3h30 e 4h os consumidores e produtores estão lá, no escuro ainda.

A Central aborda também a questão da segurança alimentar. Como funciona?

Temos programas nessa área, como o banco de alimentos, que atende instituições filantrópicas cadastradas. Essas entidades atendem crianças, adultos e pessoas em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal. O governo também adquire alimentos diretos dos produtores rurais. Esse programa tem duas vertentes positivas. Uma é adquirir produtos, por exemplo, da agricultura familiar, gerando renda no campo. Também formamos cestas desses produtos agrícolas e as entregamos para instituições filantrópicas, previamente cadastradas. Durante a pandemia, isso foi de grande importância, porque a gente sabe que várias famílias tiveram uma perda econômica muito grande. A outra vertente é o desperdício zero dentro da Ceasa. A gente trabalha ali com os comerciantes, com os produtores que comercializam dentro da Ceasa para não jogar nada fora e transformar o lixo. Temos uma equipe que recolhe produtos descartados, faz uma seleção e, a partir daí, montamos cestas e distribuímos para essas instituições.

No período da pandemia, com as escolas fechadas, os estudantes precisaram de uma distribuição de cestas com frutas e legumes para as famílias desses alunos. Como isso era feito?

O governo do Distrito Federal inovou com isso, e a coincidência é que eu estava na gestão da Secretaria de Educação quando a gente trabalhou essa Cesta Verde. Foi uma inovação, e a preocupação do governador Ibaneis Rocha era atender nossos estudantes com alimentação nutritiva e de qualidade. A pandemia atingiu a todos nós, todas as famílias. Esse programa estava fazendo diferença. Era também uma forma de ajudar o produtor, porque ninguém esperava uma pandemia.

***Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira**